



*Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.*

**Intervenção do Representante Residente do PNUD Angola na  
Palestra da Provedoria de Justiça na Universidade Agostinho Neto**  
**Tema: “O Cidadão a Nossa Ocupação, O Cidadão a Nossa Preocupação, Mais  
Direito Mais Cidadania, Mais Cidadania Mais Direito”**  
Universidade Agostinho Neto, Luanda 05 de Outubro de 2018

**Pier Paolo Balladelli**

Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas em Angola  
Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

---

Sua Excelência, Senhor Provedor de Justiça, Dr. Carlos Alberto Ferreira Pinto;  
Sua Excelência Senhora Provedora de Justiça-Adjunta, Dra. Florbela Rocha Araújo;  
Distintos Titulares de Cargos de Direcção e Chefia da Provedoria de Justiça;  
Exmo Decano da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto;  
Dignísimos Representantes de Instituições Públicas;  
Ilustres Palestrantes;  
Caros Participantes e Estimados Estudantes

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaria de primeiramente agradecer a parceria entre a Provedoria de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Sistema das Nações Unidas em geral, bem como a oportunidade que me é concedida para participar nesta importante palestra.

Conforme temos todos acompanhado, o país está a viver o início de uma nova era com o aumento da governação participativa através da descentralização do poder local e a uma maior aproximação entre o governo e a sociedade civil e compromisso incremental à uma governação transparente e responsável. Isso está a ocorrer no contexto do novo PDN 2018-2022 E DA Agenda 2030 do desenvolvimento global que visa a sustentabilidade económica e ambiental e foca na pessoa como sendo tanto o sujeito e como o objecto de desenvolvimento. Por isso, o princípio de ‘não deixar ninguém para trás’ mostra o compromisso dos Estados Membros à erradicação da pobreza e das desigualdades e a realização da dignidade humana para todas as pessoas, incluindo as pessoas mais desfavorecidas em se encontram em todos lugares.

Gostaria de congratular a Provedoria de Justiça por esta iniciativa que visa aproximar mais o Provedor de Justiça ao cidadão e à outras instituições do Estado. No âmbito do seu mandato de defesa de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando, através de meios

informais, a justiça e a legalidade da Administração Pública, o Provedor de Justiça é uma instituição essencial nos esforços nacionais de alcançar as metas do PDN 2018-2022 e através delas a realização das metas da Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Por um lado, o papel do Provedor de Justiça é muito importante para constatar as principais preocupações do cidadão e permitir o cidadão ter um meio institucional independente e legítimo para apresentar as suas petições e reclamações sobre os seus direitos fundamentais nas diferentes vertentes da sua vida social, económica e mesmo política. Para a consolidação da paz e estabilidade nacional, um atendimento eficaz às petições dos cidadãos através deste mecanismo institucional pode prevenir e mesmo evitar possíveis actos de instabilidade resultantes de descontentamentos e frustração.

Por outro lado, a proximidade do Provedor de Justiça ao cidadão pode providenciar é como uma fonte de diagnóstico social para as demais instituições públicas e do Estado sobre as maiores prioridades e preocupações que afectam a vida dos cidadãos. Esse diagnóstico pode ser obtido através de recomendações e outros procedimentos de trabalho, e assim ajudar a informar políticas e programas relevantes que podem resolver os problemas do povo.

Deste modo e conforme previsto na Declaração de Merida de 2015 sobre o papel das instituições nacionais de direitos humanos no processo de realização da Agenda 2030, o Provedor de Justiça poderá essencialmente desempenhar um papel único de mediador entre o cidadão e as instituições do Estado (pertencentes ao Executivo, Parlamento e ao Judiciário) na promoção de programas e processos de bem-estar e de desenvolvimento transparentes, participativos e inclusivos, e assim contribuir para a erradicação de todas as formas de exclusão, da pobreza e para priorizar e integrar os direitos dos mais desfavorecidos (ex. mulheres e meninas, jovens e grupos vulneráveis) nos esforços de desenvolvimento nacional.

Gostaria de concluir a minha intervenção apelando aos cidadãos para, através deste ciclo de palestras da Provedoria de Justiça que vão decorrer durante este mês, explorarem mais sobre os serviços que o Provedor de Justiça oferece e como podem aceder à esses serviços com relação as diferentes questões da vida social, economia e política. Apelo também as instituições do Estado sobre a necessidade de reforçarem a sua parceria com o Provedor de Justiça, não somente para melhor viabilizar o trabalho do Provedor, mas também para poderem melhor diagnosticar as preocupações dos cidadãos na perspectiva de direitos fundamentais.

Muito obrigado pela atenção e votos de muitos exitos!

